

Tema: Cadeias Globais de Valor e inserção da Bahia

Responsável: Urandi Roberto Paiva Freitas (SEI)

Expositor 1: Uallace Moreira Lima (UFBA)

Expositor 2: Renato Baumann (IPEA)

Expositor 3: Henrique Oliveira (Unifacs)

Com base nas Rodadas de Discussão do Projeto Pensar a Bahia, realizadas no âmbito do tema *Cadeias Globais de Valor e inserção da Bahia*, foram levantados os seguintes pontos para o fortalecimento do desenvolvimento do estado no ambiente externo.

1 IMPORTÂNCIA DO TEMA/CONTEXTUALIZAÇÃO

A Bahia é a sétima maior economia do Brasil com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 303 bilhões e a primeira economia do Nordeste, respondendo respectivamente por 4% e 28% do PIB em 2020. A estrutura produtiva do estado está dividida da seguinte forma: 71% é serviços, 22% indústria e 7 % agropecuária. Mais especificamente, a economia Baiana está concentrada espacialmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no Oeste da Bahia e no Sul do estado. Do ponto de vista setorial, está ancorada nos setores da indústria química e petroquímica, papel e celulose e no agronegócio, este atualmente o setor mais dinâmico.

Do ponto de vista do comércio exterior, somos uma economia ainda muito fechada com grau de abertura próximo a 21% do PIB, respondemos por 3,9% das exportações brasileiras e o sétimo estado da federação que mais exporta no ano de 2020. Os principais produtos que exportamos são: petróleo e derivados (26,6%), algodão e seus subprodutos (14,5%), papel e celulose (10,1%), químicos e petroquímicos (9,1%), metais preciosos (8,1%) e soja e derivados (6,1%), estes representam 76,1% da pauta de exportações do estado. Em 2020, os principais destinos das exportações baianas foram: Cingapura (24,01%), China (15,7%), Estados Unidos (9,8%), Países Baixos (Holanda) (5,6%) e Argentina (5,2%).

Nos últimos anos, a economia baiana está passando por um processo acelerado de desindustrialização, a participação da indústria que no início da década de 80 era de 32% do PIB passou para 22% do PIB em 2020. Vale destacar que nos últimos três anos esse fenômeno se intensificou, tivemos a saída da Ford e a política de desinvestimento no setor de refino com a privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM). Esse movimento faz com que a economia baiana perca competitividade regional e nacional. A indústria é o principal vetor gerador de tecnologia e de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para o sistema produtivo de uma maneira geral, desempenhando um papel estratégico no fortalecimento de todos os demais setores brasileiros. Na Bahia temos um centro de excelência na área de pesquisa em tecnologia e inovação chamado Senai Cimatec que pode ajudar tanto no suporte a atividades de tecnologias avançadas, bem como na qualificação da mão de obra especializada local.

Um dos entraves ao desenvolvimento do estado é a infraestrutura logística. Isso, de certa forma, impede a integração entre atividades e regiões e acaba também impactando na competitividade, fazendo com que o custo de produção na Bahia seja mais alto em relação a outros estados brasileiros. O investimento em infraestrutura e logística poderia ajudar a dar um impulso também na atividade de mineração que desponta como um vetor potencial de crescimento da economia baiana. Atualmente a Bahia é o quarto maior produtor mineral do Brasil, é líder nacional nos seguimentos de produção de barita, bentonita, cromo, diamante, magnesita, quartzo, salgema e talco.

Por outro lado, intensivos investimentos na atividade do agronegócio abre espaço para o adensamento dessa cadeia produtiva, principalmente na região oeste do estado. A guerra entre Rússia e Ucrânia, dois dos maiores produtores de fertilizantes do mundo, pode impactar o setor e evidencia a necessidade e urgência de internalizar a produção desse importante insumo.

Por fim, a crise provocada pela pandemia de covid-19 mostrou a fragilidade das cadeias globais do modo como foram estruturadas e provocou uma reavaliação tanto por empresas como, sobretudo, pelos governos, da dinâmica do comércio exterior. O risco de depender de poucas fontes externas de fornecimento de insumos e de produtos se mostrou evidente e a procura, ao menos para alguns seguimentos, passou a ser

diversificada geograficamente, permitindo a entrada de novos *players* nas cadeias globais.

Abre aí uma oportunidade tanto para o Brasil como para Bahia em tentar se conectar na parte de cima da cadeia global, parte mais intensiva em tecnologia, apesar de atualmente contribuírem na parte de menor tecnologia da cadeia global. Atualmente, as economias baiana e brasileira são intensivas em recursos naturais, mais especificamente em commodities agrícolas e minerais.

A pergunta que se coloca é a seguinte: é possível um estado periférico e com atividade produtiva intensiva em recursos naturais se conectar na parte mais intensiva em tecnologia da Cadeia Global Valor (CGV), isso num horizonte de tempo de médio prazo?

Atualmente a inserção do Brasil nas CGV é fraca. Em geral, como algumas importantes exceções, o envolvimento do Brasil nas CGVs se limita a hospedar filiais de empresas multinacionais em setores com alta intensidade tecnológica, que produzem para o mercado interno, como veículos automotivos, eletrônicos e energia elétrica. As filiais estrangeiras representaram cerca de um terço das receitas das 500 maiores empresas que atuaram no Brasil em 2019.

O Brasil registra baixo nível de investimentos de suas empresas no exterior, que é uma das formas principais de ter um papel mais protagonista nas cadeias globais de valor. De acordo com estudos desenvolvidos pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), o estudo mostra que o Brasil tem a menor relação entre entrada e saída de investimentos, com o investimento no exterior tendo representado 11% do recebido pelo país entre 1970 e 2018. Esse número é muito menor do que o apresentado pelas principais economias. Como exemplo, na Índia é de 33%, na China 61%, na Rússia 114%, nos EUA 103%, na Coreia do Sul 176% e na Alemanha 192%.

Para o professor Renato Baumann, a participação nas CGVs não é algo aberto a voluntarismos. Não há possibilidade de uma economia se candidatar a participar de uma cadeia de valor. Essa participação dependerá da decisão dos principais agentes produtores/comercializadores dos bens e serviços em questão.

Ainda de acordo com Baumann, a implicação dessa realidade para o desenho de políticas econômicas é, primeiro, que o país que pretenda participar dessas cadeias deverá não apenas procurar melhorar no prazo mais curto de tempo a qualificação dos seus trabalhadores e as condições de infraestrutura de transporte, energia, comunicações e outras, como também adaptar seu leque de políticas internas, de modo a tornar-se atraente às grandes empresas, que determinam o ritmo e o formato dessas cadeias.

No caso especial da Bahia, as obras de infraestrutura viária a exemplo da Fiol, o antigo estaleiro de Maragojipe, o Porto Sul e a ponte Salvador-Itaparica podem ser fonte de atração de novos investimentos e melhoria de competitividade frente a outros estados da federação e credenciar o estado a entrar na rota do desenvolvimento econômico. No tocante a educação, o desafio é formar mão de obra preparada para atuar nas áreas de tecnologia da informação e pessoas capacitadas para atender as demandas de novas tecnologias a serem utilizadas pela indústria 4.0.

Para Baumann, “em países com infraestrutura inadequada de apoio à produção e logística de comércio externo, as ZPEs podem ser um instrumento importante para conseguir participar de cadeias de valor, dado que concentram numa área delimitada os requisitos físicos e regulatórios requeridos para um bom desempenho exportador”¹. Neste sentido, a zona de processamento de exportação (ZPE) a ser instalada em Ilhéus, juntamente com o novo marco legal das ZPEs no Brasil, que dispõe sobre a liberação de 100% do mercado para a produção das ZPEs, as indústrias poderão se fortalecer tanto com a produção no mercado interno, quanto na relação do mercado externo, podendo importar e exportar sem pagar imposto.

A implantação da ZPE Bahia é extremamente importante para a geração de emprego e renda para os baianos, além de impulsionar o desenvolvimento industrial e a geração de receita para região Sul do estado, visto que poderá atrair uma diversidade de empresas industriais e de serviços.

¹ No debate das Rodadas de Discussão foi mencionado o trecho do autor Renato Baumann, em que cita Escaith (2013), na Nota Técnica 47 *Participar em cadeia global de valor é objetivo de política?*, publicada pelo IPEA, em março de 2022. Acesse em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11118/1/NT_47_Dinte_Participar_em_cadeia.pdf.

De acordo com Baumann, em alguns países – China, México, Costa Rica e outros – um percentual elevado das exportações provém de ZPEs, uma fonte de distorção ocorre quando o incentivo para se instalar nessas áreas desloca empresas de outras áreas da economia, apenas para se beneficiar dos incentivos e continuar a vender no mercado interno.

Conforme Baumann, seja como for, a experiência asiática, e em certa medida também a brasileira, mesmo limitada, mostram que não basta reduzir impostos para que esse tipo de medida de política apresente bom desempenho. Além do tempo requerido para sua implantação, a localização, a infraestrutura, a disponibilidade de mão de obra adequada, a qualidade da administração, a relação com a estrutura produtiva do país e a desburocratização são elementos necessários para seu desempenho.

Para o pesquisador Uallace Moreira, o Brasil não “surfa” na onda de se beneficiar da cadeia global de valor no momento. Nesse sentido, no âmbito nacional, as estruturas produtivas encontram-se deficientes e com baixa diversificação e densidade, ocasionando estruturas tecnológicas de baixa dinâmica. O comércio internacional foi sempre regional e nunca mundial, sendo assim, o país não otimiza a inserção no que tange ao cenário internacional e isso, principalmente, em decorrência da falta de políticas industriais e de inovação que sejam capazes de promover um fortalecimento e diversificação por meio do adensamento das estruturas produtivas. Um grande desafio para o Brasil é como fazer com que as empresas brasileiras (com exceção do setor do agronegócio) tenham uma inserção internacional mais relevante ou até mesmo que possuam interesse na participação das cadeias globais.

Segundo Moreira, a ascensão da indústria 4.0 ocasiona em várias “janelas” de oportunidade. O Brasil possui alguns potenciais em setores produtivos com capacidade construída que possibilitam o processo de inovação. Nesse sentido, e dado o processo de transformações que ocorrem no mundo, abrem espaço para o Brasil em setores como, por exemplo, as energias renováveis e o Complexo Industrial da Saúde. Em conclusão, temos estruturas produtivas nacionais construídas que podem ser usufruídas como estratégia de promover esse desenvolvimento em nível de cadeia global. O desafio é como estabelecer pontos como o volume de recursos e a política macroeconômica adequada que seja conjugada com a política industrial e de inovação.

Do ponto de vista das relações internacionais, Moreira chama atenção que a China vem se transformando em um parceiro estratégico tanto na perspectiva tecnológica quanto na ótica do mercado. O ponto chave é que não podemos achar que os chineses vão proporcionar uma transferência de conhecimento e tecnologia e cooperar para o nosso “*Catching up*” de forma gratuita. O processo de “reprimarização” da pauta exportadora brasileira tem como um de seus principais pilares o mercado asiático. A China, como um dos principais países que destina investimentos diretos para o Brasil, não tem contribuído muito para transferência de tecnologia. No cenário geopolítico ninguém transfere tecnologia de forma gratuita e espontânea. Nesse sentido é preciso pensar em desenvolvimento de forma conjunta em termos regionais, desse modo não se pode pensar em políticas industriais e de inovação de forma deslocada da realidade (Um exemplo de possível integração é o Consórcio Nordeste). Portanto é necessário planejar qual impacto no mercado interno, como por exemplo, o efeito de uma determinada política na geração de emprego e renda na região. A China pode ser um parceiro extremamente estratégico nessa ótica, entretanto temos que ter poder de negociação e uma articulação consolidada, a falta desses fatores pode se tornar um problema.

No caso especial do Estado da Bahia, a parceria com a China, além de fortalecer o agronegócio com ampliação da exportação de commodities agrícolas como soja e algodão, poderia viabilizar negócios nas áreas de energias renováveis, mais especificamente em energia fotovoltaica e promover investimentos nas áreas de infraestrutura e logística.

2 PRINCIPAIS APONTAMENTOS PARA O BRASIL

1. Intensificação dos esforços para a redução do Custo Brasil, em especial com a aprovação da reforma tributária sobre consumo, adoção de um imposto de valor adicionado, sem comutatividade;
2. Intensificação do esforço de promoção das exportações brasileiras e construção de um sistema robusto de financiamento e garantia às exportações;
3. Criação de políticas de fomento aos investimentos no exterior. As empresas brasileiras precisarão de maior assistência para financiar e desenvolver um pensamento estratégico voltado para o investimento no exterior. Por sua vez, as

empresas devem olhar para fora do Brasil, não apenas para as exportações, mas também para os investimentos no exterior almejando uma expansão global;

4. Aceleração da inovação no Brasil, por meio dos programas e das instituições de apoio a P&D do país;
5. Estímulo à digitalização das empresas brasileiras;
6. Fortalecimento dos Blocos Regionais, a exemplo do Mercosul;
7. O aumento da transparência na administração de taxas e encargos tributários e avançar na agenda de portos, especialmente com as concessões, podem contribuir para uma inserção maior nas cadeias globais de valor.

3 PRINCIPAIS APONTAMENTOS PARA A BAHIA

1. Investir em infraestrutura e logística é primordial para melhorar a competitividade do estado, atrair novos empreendimentos e reduzir os custos de produção.
2. A Instalação de ZPEs pode estimular as exportações e impulsionar a indústria.
3. É preciso investir em ciência e tecnologia e qualificação de mão de obra como fator de melhoria da produtividade.
4. É urgente estimular a digitalização das empresas em substituição a processos manuais a fim de melhorar a competitividade.
5. Reforçar os setores de maior vantagem comparativa e competitiva é o caminho de inserção nas cadeias globais de valor.
6. Reativação e estímulo aos distritos industriais.